

A ATUAÇÃO DO EXÉRCITO BRASILEIRO NO PROCESSO DE INDEPENDÊNCIA DO BRASIL E SUAS CONSEQUÊNCIAS¹

THE PERFORMANCE OF THE BRAZILIAN ARMY IN THE INDEPENDENCE PROCESS OF BRAZIL AND ITS CONSEQUENCES

Daniela Maia da Silva²

RESUMO

O Brasil comemorou seu bicentenário da Independência no dia 7 de Setembro de 2022. Nesse contexto, é importante analisar os fatores que corroboraram para o início do processo de separação entre Brasil e Portugal, além de entender como se deram as guerras de Independência e a participação do Exército nos conflitos. Devido à grande importância do tema deste trabalho científico, o presente estudo teve como objetivo geral elucidar a forma de participação do Exército Brasileiro nas Guerras de Independência e suas consequências. O presente trabalho consistiu em uma pesquisa básica de abordagem qualitativa, e, a partir de leituras exploratórias foi realizada a revisão bibliográfica para a coleta, análise e interpretação de dados obtidos. Ao fim desse estudo, concluiu-se que o processo de independência brasileira não ocorreu de forma pacífica como afirmam muitos historiadores, mas sim a partir da luta armada, que só foi possível devido a inúmeras reestruturações sofridas no Exército. Esse estudo, no entanto, focou apenas na análise militar da Independência do Brasil e seus desdobramentos.

Palavras-chave: Independência; Guerras; Portugal; Exército Brasileiro; Militar.

ABSTRACT

Brazil celebrated its bicentennial of Independence on September 7, 2022. In this context, it is important to analyze the factors that contributed to the beginning of the process of separation between Brazil and Portugal, in addition to understanding how the wars of Independence took place and the participation of the Army in the conflicts. Due to the great importance of the subject of this scientific work, the present study had as general objective to elucidate the form of participation of the Brazilian Army in the Wars of Independence and its consequences. The present work consisted of a basic research with a qualitative approach, and, from exploratory readings, a bibliographic review was carried out for the collection, analysis and interpretation of data obtained. At the end of this study, it was concluded that the process of Brazilian independence did not occur peacefully as many historians claim, but from the armed struggle, which was only possible due to numerous restructurings suffered in the Army. This study, however, focused only on the military analysis of the Independence of Brazil and its consequences.

Keywords: Independence; Wars; Portugal; Brazilian Army; Military.

¹ Artigo apresentado em 10 de outubro de 2022 ao Centro de Instrução de Aviação do Exército como requisito parcial para obtenção do Grau Tecnólogo em Sistemas Mecânicos de Aeronaves.

² Aluno do Curso de Formação e Graduação de Sargentos – Av Mnt. Centro de Instrução de Aviação do Exército (CIAvEx). E-mail: danimaia2011@yahoo.com

1 INTRODUÇÃO

A transferência da Família Real para o Brasil, em 1808, devido ao Bloqueio Continental imposto por Napoleão Bonaparte, ocasionou mudanças significativas no sistema político-administrativo do Brasil. Uma das principais consequências indiretas foi o processo de Independência do Brasil, movimento esse que teve também como motivação diversos outros episódios anteriores da história brasileira. Outros fatores significativos para o estopim desse processo foi a abertura dos portos às nações amigas e, posteriormente, a elevação do Brasil a Reino Unido de Portugal e Algarves. Essas mudanças administrativas e o fim do status brasileiro de colônia de Portugal geraram grandes descontentamentos no povo português, e em consequência disso, em 1820 eclodiu a Revolução Liberal do Porto, que reivindicava o retorno de D. João a Portugal. Ao contrário do que muitos pensam, o processo de desassociação entre Brasil e Portugal foi um período de grande instabilidade e de intensos conflitos. Diversos estados brasileiros enfrentaram confrontos militares que culminaram em milhares de mortes.

O movimento de Independência começou sobretudo no momento em que as decisões da Corte Portuguesa se chocaram com os interesses econômicos da elite brasileira. Gomes (2010, p. 08) afirma que:

o isolamento e as rivalidades entre as províncias prenunciavam uma guerra civil, que poderia resultar na divisão do território, a exemplo do que já ocorria nas vizinhas colônias espanholas. Para piorar a situação, ao voltar a Portugal, em 1821 — depois de 13 anos de permanência no Rio de Janeiro —, o rei D. João VI havia raspado os cofres nacionais.

Por consequência dos conflitos que se originaram com o processo de Independência, D. Pedro, tendo preferência pelo Brasil, decidiu enfrentar os militares portugueses e decretou o recrutamento geral para a organização de unidades com tropa brasileira. (BRASIL, [20--]).

Desta forma, o incipiente Exército Brasileiro, nascido na Batalha de Guararapes, participou de diversas batalhas em prol da independência, mesmo não possuindo dinheiro, treinamento adequado ou armamento suficiente para os confrontos. Neste período, era composto sobretudo por grandes contingentes de milícias. Apesar da sua heterogeneidade, com devidos treinamentos e reestruturações, foi possível observar maior organização e conseqüentemente o sufocamento dos movimentos reacionários dos portugueses, sobretudo

nas regiões da Cisplatina (atual Uruguai), Bahia, Pará, Maranhão e Piauí (BRITO e VALE, 2020, p.01).

Este trabalho tem como tema “As guerras de Independência”. Nesse sentido, o objeto de pesquisa, ou seja, a delimitação do tema é “A Atuação Do Exército Brasileiro No Processo de Independência do Brasil e suas Consequências”.

A partir do referido objeto, buscou-se resolver o seguinte problema de pesquisa: De que forma se deu a participação do Exército Brasileiros nas guerras de independência e quais as consequências dessa participação?

Para delinear bem o estudo, este trabalho se desdobrou em um objetivo geral e cinco objetivos específicos: o objetivo geral (principal) é elucidar a forma de participação do Exército Brasileiro nas Guerras de Independência e suas consequências. Além do objetivo geral, descrito acima, a pesquisa terá como objetivos específicos: a) Descrever o contexto histórico do Brasil no período pré-independência; b) Descrever de que forma se deu a participação do Exército nas guerras de independência; c) Analisar de que forma ocorreu a reestruturação do Exército Brasileiro durante o período de 1822 a 1825; d) Descrever as principais batalhas na guerra de independência; e) Investigar as consequências das guerras de independência para o Exército nos dias atuais.

Para a realização desse trabalho, foi realizada uma revisão da literatura sobre o processo de Independência do Brasil e seus conflitos, a fim de proporcionar um melhor entendimento sobre o assunto e tema pesquisados. Quanto ao procedimento de coleta de informações, a pesquisa é do tipo bibliográfica, uma vez que foram leituras exploratórias e investigativas dos materiais de pesquisa em livros, documentos, sítios da internet, artigos etc.

Assim, a revisão teórica realizada nessa fase contribuiu para o processo de síntese e análise dos resultados de vários estudos (SILVA et al, 2022). No que diz respeito à finalidade, a pesquisa é do tipo básica, realizada por meio de análise de documentos de diversas fontes, buscando demonstrar a forma que se deu a participação do Exército nas batalhas de 1822 pela independência do Brasil. O foco desse tipo de pesquisa é gerar conhecimentos históricos, valendo-se do modo indutivo como forma de se chegar a uma conclusão acerca da referida investigação.

Este assunto se mostra relevante ao meio militar por proporcionar a compreensão das contribuições do Exército para relevantes eventos ocorridos no território nacional, sobretudo a eventos que se inter-relacionam com o processo de desenvolvimento e evolução da Força

Terrestre.

2 CONTEXTO HISTÓRICO

As motivações que levaram ao processo de Independência do Brasil começaram muito antes de 1822. A partir de 1801 já se discutia acerca da possível transferência da corte portuguesa para o território brasileiro, mas com a decretação do Bloqueio Continental por Napoleão Bonaparte e com a iminente ameaça de invasão francesa no território lusitano, a Coroa Portuguesa decidiu mudar-se para o Brasil (CALÓGERAS, 1938).

Uma das primeiras medidas tomadas pela Coroa portuguesa após sua chegada foi a de abertura dos portos às nações amigas. Essa iniciativa representava a ruptura do período colonial brasileiro. As consequências geradas foram a de uma crescente no comércio brasileiro em decorrência do fim do monopólio. Internamente pode-se observar maior aproximação das províncias e de seus interesses (GOMES, 2010).

Apesar dos benefícios gerados à população brasileira, os comerciantes portugueses demonstraram intenso descontentamento, causado principalmente pela diminuição dos lucros com o comércio brasileiro. A concorrência com o mercado britânico tornou-se cada vez maior, fazendo com que as exportações para a colônia, que eram de 94 milhões de cruzados entre 1796 e 1807, caísse para apenas dois milhões nos dez anos seguintes (GOMES, 2010).

Outro grande fator que influenciou o processo de Independência foi a criação da imprensa em 1808. O primeiro jornal brasileiro, A Gazeta do Rio de Janeiro, apesar de estar submetida à censura e acirrado controle da Corte, teve papel fundamental no contexto intelectual e na disseminação de ideias iluministas vindos da Europa e dos Estados Unidos (FAUSTO, 2006).

Posteriormente, a elevação do Brasil à condição de Reino Unido de Portugal e Algarves em 1815 significou que “a corte portuguesa demonstrava ao mundo que não estava apenas refugiada nos trópicos e ganhava pleno direito de voz e voto no congresso, embora estivesse a milhares de quilômetros de Lisboa” (GOMES, 2010, p. 42).

Conseqüentemente, em 1820, eclodiu em Portugal a Revolução Liberal do Porto. Esse movimento ocorreu sobretudo pelo descontentamento da burguesia portuguesa, que viu seus lucros caírem substancialmente em decorrência das medidas econômicas e políticas tomadas por D. João em território brasileiro. O fim do monopólio e da exploração do Brasil

ocasionaram uma grave crise financeira no país luso, que viu rapidamente seus cofres ficarem vazios. Outro fator que gerava grandes insatisfações era a ausência do monarca no território português, que futuramente viria a se tornar uma questão primordial para o início do processo de Independência do Brasil (FAUSTO, 2006).

Inspirados nas ideias liberais, no final de 1820, as Cortes exigiram a volta de D. João VI a Portugal e a promulgação de uma Constituição. Segundo Fausto (2006, p. 122)

O retorno era defendido no Rio de Janeiro pela “facção portuguesa”, formada por altas patentes militares, burocratas e comerciantes interessados em subordinar o Brasil à Metrópole, se possível de acordo com os padrões do sistema colonial. Opunha-se a isso e ao retorno do monarca o “partido brasileiro”, constituído por grandes proprietários rurais das capitanias próximas à capital, burocratas e membros do judiciário nascidos no Brasil.

Esse movimento rapidamente ganhou a adesão de diversas províncias no Brasil, como o Pará, Bahia, Maranhão e Rio de Janeiro. Uma das medidas iniciais tomadas nesses estados foi a eleição de juntas para substituir os antigos capitães gerais e pôr fim a um governo com base absolutista. Em Portugal cada vez tornava-se cada vez maior o movimento, fazendo com que D. João VI, temendo perder o trono, regressasse em 1821, deixando como príncipe regente seu filho D. Pedro I (CALÓGERAS, 1938).

3 A PARTICIPAÇÃO DO EXÉRCITO NO PROCESSO DE INDEPENDÊNCIA

Ao assumir a posição de príncipe regente, D. Pedro encontrou profundas dificuldades econômicas. Antes de retornar a Portugal, seu pai, o rei D. João, confiscou pedras preciosas, tesouros e todo o dinheiro dos cofres do Banco do Brasil. Com o recente país à beira da falência, surgiu uma grande dificuldade em sustentar as inúmeras despesas bélicas necessárias para se manter a guerra de independência contra a metrópole (GOMES, 2010).

Gomes (2010, p.29) ainda afirma que:

À beira da falência, o novo país não tinha exércitos, navios, oficiais, armas ou munição para sustentar a guerra pela sua independência, que se prenunciava longa, cara e desgastante. Em 1822, na Bahia, campo de batalha decisivo nessa guerra, o pagamento do soldo dos oficiais e soldados estava atrasado dois meses por falta de dinheiro nos cofres da província. Os canhões, decrépitos, e sem munição, não funcionavam. Os soldados andavam descalços e portavam espingardas de matar passarinho.

Devido aos problemas financeiros, tornou-se necessário pedir auxílio da Grã-Bretanha para o financiamento das guerras de Independência. Além do dinheiro necessário para o pagamento de soldos, para a aquisição de navios, armas e munição, foi adquirido também o valor de 2 milhões de libras esterlinas para o pagamento de indenizações a Portugal no Tratado de Amizade e Aliança. Esse processo gerou o início do endividamento externo brasileiro, além da crise ter contribuído para a falência do Banco do Brasil em 1929 (CALÓGERAS, 1938).

Com a falta de efetivo no Exército, tornou-se necessária a convocação de contingentes de milícias para compor o efetivo. Além desta medida, em 1822, D. Pedro criou a Guarda Cívica, composta por quatro batalhões de infantaria e dois esquadrões de cavalaria, criando também no mesmo ano a Imperial Guarda de Honra. Em 1823, criou o Batalhão do Imperador com objetivo de atuar na Bahia contra as forças reacionárias portuguesas (BRASIL, [20--]).

D. Pedro via a necessidade de recrutamento geral das Forças Armadas sobretudo para lutar contra seu inimigo dentro do território brasileiro, a Divisão Auxiliadora, que se tratava de uma guarnição militar portuguesa no Rio de Janeiro. A Divisão constantemente desobedecia às ordens reais e criava movimentos de resistência contra o processo de Independência do território brasileiro. Em um motim da Divisão, foi ordenada a ocupação do morro do Castelo e o sequestro de D. Pedro e sua família para que este regressasse a Portugal (GOMES, 2010).

No Rio de Janeiro, as mais diversas classes de cidadãos, como mulatos, negros, padres, comerciantes e milicianos se dirigiram aos quartéis para realizar o alistamento após o recrutamento geral feito por D. Pedro. Mais de 6 mil homens pegaram em armas para lutar contra o invasor. O regente sentiu a necessidade de fortificação do Exército, levando em consideração que o inimigo português possuía mais recursos financeiros, maior contingente de militares, armamentos e experiência em conflitos, sobretudo após as invasões Napoleônicas e nas campanhas na Cisplatina. Outro fator a ser considerado, era que o incipiente Exército era formado sobretudo por integrantes portugueses que se encontravam em território nacional (BRASIL, [20--]).

A guerra da Independência foi duradoura e fez milhares de mortos, durando aproximadamente 21 meses entre os anos de 1822 e 1823. A quantidade de combatentes superava a de grandes conflitos como as guerras por Libertação na América espanhola, concentrando a

maior parte das tropas no Rio de Janeiro e na Bahia. O combate realizou-se em duas frentes: Na região Sul, com a resistência das tropas portuguesas na área da Cisplatina, e na região Norte e Nordeste, com as províncias do Pará, Maranhão, Piauí, Alagoas e Bahia declarando apoio a Lisboa (GOMES 2010).

4 REESTRUTURAÇÃO DO EXÉRCITO

O Exército Brasileiro teve sua gênese oficialmente em 1648 na Batalha de Guararapes, entretanto, analisando-se a história, percebe-se que até 1822 a Força Terrestre não possuía características nacionais devido à sua grande composição por militares portugueses. Somente após os desentendimentos com Portugal durante o processo de Independência observou-se a formação de um exército oficialmente brasileiro. Essa mudança ocorreu a partir do recrutamento de novo contingente e da contratação de chefes militares estrangeiros, como o Francês Pierre de Labatut, Lorde Cochrane e John Taylor da Inglaterra com o intuito de treinar e de reformular o então exército vigente (SANTOS, 1973).

De acordo com Santos (1973, p. 153), em 1822, o então Exército Brasileiro dividia-se em 2 linhas: a força terrestre compunha a primeira linha e as milícias a segunda. As milícias eram formadas pela maior parte da população civil masculina, que se traduziam nas forças irregulares armadas. Semelhantemente, o Exército Português também passou por inúmeras transformações a partir de 1796. A divisão do Exército lusitano se dava em três classes: os soldados remunerados, soldados auxiliares e ordenanças, como cita Rodrigues (2002, p. 50):

Na organização do primeiro grupo, a Infantaria era constituída de terços, cada um dos quais compostos de certo número de companhias; os terços auxiliares podiam ser chamados a servir por tempo limitado e eram, então, pagos; a Cavalaria era formada também de companhias; a Artilharia formava um corpo separado, que gozava de certos privilégios. Fundamentalmente, foi essa a organização do Exército em Portugal.[...] Houve reformas como a de 1707, em que os Artilheiros foram militarizados, criando-se com eles uma tropa permanente e, desde então, havia regimentos de Infantaria, Cavalaria, Dragões e Artilharia.

Por outro lado, em Portugal também ocorreram mudanças significativas no exército. Os principais responsáveis pelas mudanças estruturais foram o Coronel Robert Wilson, que preparou a Leal Legião Lusitana e o Conde Schomberg-Lippe. Uma nova reforma surgiu nos anos de 1808 e 1816, criando assim batalhões de caçadores e provocando mudança no efetivo. Já a Marinha Portuguesa encontrava-se em crise. Faltavam recursos econômicos, navios de

guerra e preparo de seus militares, sobretudo após a vinda da Família Real para o Brasil, que promoveu um déficit na esquadra de guerra lusa. De 1796 até 1801, o responsável pelas mudanças na Marinha foi D. Rodrigo de Sousa Coutinho, sobretudo durante o processo de independência do Brasil. Em 1796, foi instaurado a oficialidade da Marinha, tendo como divisão hierárquica almirantes, vice-almirantes, chefes-de-esquadra, chefes-de-divisão, capitães-de-mar-e-guerra, capitães-de-fragata, capitães-tenentes, primeiros-tenentes, segundos-tenentes, divisão esta que influenciou no sistema hierárquico da Marinha Brasileira (RODRIGUES, 2002).

Já Exército Brasileiro sofreu modificações desde a chegada da Família Real no Brasil. Em 1808, ao perceber as falhas latentes presentes no Exército, D. João decidiu criar o Conselho Supremo Militar, impulsionou a indústria bélica, importou armamento advindos da Alemanha e criou uma fábrica de pólvora. Com o intuito de instruir melhor os oficiais combatentes e organizar o Arsenal de Guerra, em 1810 D. João criou a Academia Real Militar (RODRIGUES, 2002).

Outra iniciativa tomada por D. João foi a contratação do francês Pedro Labatut para comandar as forças brasileiras, na qual lutaram por cerca de um ano contra as incursões portuguesas na Bahia. Labatut viajou para a Bahia no ano de 1822, levando consigo armamentos, suprimentos e militares para fortalecer as forças brasileiras (GOMES, 2010).

Logo após o desembarque, realizou o recrutamento de mais homens e criou o Quartel General em Engenheiro Novo. Para auxiliar na organização do Exército na Bahia, Labatut deslocou-se do Rio de Janeiro em 25 de outubro com 200 praças do batalhão de Milícias, 40 de caçadores e 34 oficiais em direção à região da Feira de Capuame, na Bahia, levando ainda espingardas, materiais de artilharia, pistolas e chuços (RODRIGUES, 2002). Conforme afirma Tavares (2005, p. 149):

É de justiça reconhecer que Labatut organizou o exército. Não reuniu em Capume as forças que exigiu, mas foi encontrar as tropas da Casa da Torre de Pirajá ao se aquartelar ali no dia 3 de novembro e ali instalar a primeira administração central do exército em guerra pela independência do Brasil. Criou a secretaria do Exército e para ela nomeou o segundo cadete Ladislau do Espírito Santo Mello, o futuro poeta Ladislau dos Santos Titara, autor do poema Paraguassú.

Lord Cochrane foi outro nome de fundamental importância para a reestruturação militar, apesar da sua substituição pelo brasileiro José Joaquim de Lima e Silva, em 1823, no comando das forças navais. A Marinha teve como importante mudança em sua legislação no

ano de 1823, tal como a do Exército, medidas que buscaram favorecer o recrutamento voluntário, tais como a diminuição do tempo para 3 anos para os que assentassem praça no Corpo da Marinha, e oferecendo os mesmos benefícios que existiam no Exército relativos ao recebimento de soldo às viúvas e órfãos de militares (RODRIGUES, 2002).

5 PRINCIPAIS BATALHAS DA GUERRA DE INDEPENDÊNCIA

O Processo de Independência ocorrido a partir de 1822 gerou grandes descontentamentos no povo português, levando assim à origem de diversos conflitos nas províncias do território brasileiro. A guerra ocorreu em cinco ações convergentes, mas com algumas pequenas características que as diferenciavam. Primeiramente o Ceará, que diferentemente das outras províncias, contava com pequena presença portuguesa e não haviam conflitos internos, a luta que ocorria era em auxílio a províncias vizinhas. Em segundo lugar havia São Paulo e Minas Gerais, onde também não existiam grandes conflitos com invasores portugueses, seus maiores problemas eram os conflitos internos que ocorriam motivados pela conquista do poder independente. Em terceiro lugar havia o Rio de Janeiro, a então sede política do governo, que devido a seu desenvolvimento econômico e à sua importância foi palco de invasões militares portuguesas. Em quarto lugar há o Rio Grande do Sul, que enfrentou pequenos conflitos até a saída do Brigadeiro João Carlos Saldanha de Oliveira e Daun do Governo. Em quinto lugar havia Bahia e Maranhão, locais onde ocorreram os maiores conflitos durante a Independência. Um dos fatores que explicam a força das tropas portuguesas na região é a união que fizeram a grupos antinacionais, sipaios, inconfidentes e traidores locais (RODRIGUES, 2002).

A guerra na Bahia durou 1 ano e 5 meses e envolveu mais de 16000 pessoas. O território baiano virou alvo sobretudo após a expulsão da Divisão Auxiliadora do Rio de Janeiro. Com isso, em 1822, Portugal decidiu concentrar seus esforços militares com objetivo de fragmentar o território brasileiro para realizar sua reconquista. O local era um ponto estratégico crucial. Uma das primeiras medidas tomadas pela Corte portuguesa foi a substituição do comando das tropas e do governo da província pelo general português Ignácio Luís de Madeira Melo. Ao assumir o cargo, enviou uma carta a D. João VI informando que se

o rei quisesse conservar esta parte da monarquia, precisaria de mais tropa. Logo os ânimos da população se exaltaram, e como consequência em 19 de fevereiro do mesmo ano milícias, soldados e oficiais adeptos da Independência se aquartelaram no forte São Pedro, gerando revolta no general Madeira, que rapidamente exigiu a rendição dos revoltosos. Após esses acontecimentos, ocorreram bombardeios, saques e morte na cidade de Salvador. O Exército mostrava-se insuficiente na luta contra os portugueses: os soldados estavam atrasados, não haviam armas suficientes e muitos soldados se encontravam doentes devido à endemia do recôncavo. Como medida para sanar esses problemas, Gomes(2010, p. 108) afirma que:

Na tentativa de dar alguma ordem ao caos, no dia 6 de julho as autoridades do Recôncavo decidiram criar uma Comissão Administrativa da Caixa Militar, depois substituída por entidade de nome mais pomposo: Conselho Superior Interino de Governo. O objetivo era arrecadar e fiscalizar fundos, recrutar voluntários e organizar a distribuição de “munições de boca e de guerra necessárias para o prosseguimento da campanha”, segundo os termos da ata da reunião. O comando das operações foi entregue provisoriamente ao tenente-coronel Felisberto Gomes Caldeira, primo e protegido do general Felisberto Caldeira Brant Pontes de Oliveira e Horta, representante do Brasil em Londres e futuro marquês de Barbacena. Batalhões de voluntários foram recrutados às pressas entre agricultores pobres, escravos e crioulos plantadores de cana, fumo e mandioca. O mais famoso foi batizado de “Voluntários do Príncipe”, mas se tornou conhecido entre os baianos como “Batalhão dos Periquitos”, pela cor verde usada na gola dos uniformes. A tarefa definitiva de organizar esse exército irregular, indisciplinado e carente de tudo caberia a um oficial estrangeiro, o general francês Pierre Labatut.

Entretanto, Labatut fracassou em suas incursões, cabendo ao seu sucessor, o coronel José Joaquim de Lima e Silva, tio do futuro Duque de Caxias o papel de conseguir entrar em Salvador. Houve mais duas vezes em que os portugueses tentaram invadir o território baiano, nas batalhas de Pirajá e de Itaparica, sendo a última comandada pelo próprio chefe da armada portuguesa. Em Itaparica, os portugueses articularam uma tentativa para romper o cerco brasileiro lançando barcas e lanchas canhoneiras na região costeira da Fortaleza de São Lourenço. Ao final de três dias lutando impiedosamente, os baianos alcançaram vitória (GOMES, p. 2010).

6 PRINCIPAIS CONSEQUÊNCIAS DA INDEPENDÊNCIA PARA O EXÉRCITO BRASILEIRO

As Forças Armadas tiveram papel primordial na conquista da Independência. Exército e Marinha agiram de maneira ativa nos mais diversos pontos do território nacional, montando

resistências e dispersando as forças portuguesas. A Marinha de Guerra do Brasil teve sua gênese durante as batalhas pela independência, sobretudo pela incorporação de oficiais ingleses e pela liderança notável do Primeiro-Almirante Lord Thomas Cochrane, além do Primeiro Ministro da Marinha, o Almirante Luís da Cunha Moreira (BRASIL, [201--]).

Outra grande consequência deste período foi o batismo de fogo de grandes figuras da história militar: o Tenente Luís Alves de Lima e Silva, Ajudante do Batalhão do Imperador, que viria futuramente a ser o patrono do Exército Brasileiro, e de Luís Osório na tropa de Cavalaria da Legião São Paulo (BRASIL, [201--]).

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quanto às questões e aos objetivos propostos no início deste artigo, conclui-se que o processo de independência do Brasil aconteceu devido a inúmeros eventos prévios da história brasileira, como por exemplo a vinda da Família Real para o Brasil, a Revolução do Porto, a criação da primeira imprensa brasileira, que juntos ocasionaram em 1822, após o grito nas margens do Rio Ipiranga, inúmeros conflitos armados com Portugal, gerando milhares de vítimas, sobretudo nas regiões da Bahia, Maranhão, Pará e Cisplatina. Também é possível afirmar que o Exército Brasileiro se envolveu diretamente nos conflitos, desmistificando assim que o o processo de independência se deu de maneira pacífica e sem guerras (MALERBA, 2005).

A análise bibliográfica possibilitou concluir sobre como se desenvolveram as batalhas de Independência e de que forma o Exército, após passar por diversas mudanças em sua estrutura e enfrentar grandes problemas econômicos, conseguiu atuar em regiões ocupadas por Portugal, evitando assim que o país retornasse à posição de colônia, além possibilitar a análise da situação política que precedeu a proclamação da Independência po D. Pedro I.

Quanto ao Exército Pacificador, observou-se que a sua estruturação se deu com a participação de índios, mercenários, escravos, comerciantes, homens livres e mercenários. Esta heterogeneidade mostrou-se como um impecilho na constituição de uma unidade e resultou em conflitos internos, que também foram motivados por atrasos nos salários, equipamentos precários e armas obsoletas.

O presente estudo também procurou ressaltar a forma que desenvolveram os conflitos nos mais diversos locais do território nacional, mostrando a organização, preparação e emprego da tropa, tendo como exemplo a tática de cerco utilizada na Bahia, que fez com que os portugueses não conseguissem receber suprimentos, sendo derrotados assim pela falta de recursos.

Deste modo, conclui-se que a força armada da colônia, rearticulada e com novos investimentos, garantiu a libertação brasileira, começando nesse momento a história do que viria a ser oficialmente o Exército Brasileiro.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Exército Brasileiro. **Guerra da Independência**. Disponível em: http://www.eb.mil.br/oexercitop_p_id=101&p_p_lifecycle=0&p_p_state=maximized&p_p_mode=view&_101struts_action=/asset_publisher/view_content&_101_returnToFullPageURL=/&_101_assetEntryId=1539194&_101_type=content&_101_urlTitle=guerra-da-independencia&inhe. Acesso em 20 de junho de 2022.

BRITO, Fabio Alexandre de Freitas; VALE, Marcelo Fernandes do. **Participação do exército na manutenção da unidade territorial do Brasil em seu processo de independência**. 2020. 15f. Trabalho de Conclusão de Curso-Escola de Saúde do Exército, RJ, 2020

CALÓGERAS, Pandiá. **Formação Histórica do Brasil**. 1938, Companhia Editora Nacional.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 12. ed. São Paulo: Edusp, 2006.

GOMES, Laurentino. **1822**. Nova Fronteira Participações, 2010.

MALERBA, Jurandir. As Independências do Brasil: ponderações teóricas em perspectivas historiográficas. **História**, Paulo, v. 24, n. 1, p. 99-126, 2005.

RODRIGUES, José Honório. **Independência: Revolução e Contra Revolução as Forças Armadas**. Rio de Janeiro, RJ, Biblioteca do Exército Ed, 2002.

SANTOS, Francisco Ruas. A Independência do Brasil do ponto-de-vista militar terrestre. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, v. 298, jan./mar. 1973. Disponível em: <http://Avwww.ihgb.org.br/ringb.php?s=20>. Acesso em: 8 de setembro de 2022.

SILVA, D. F. da; SILVA, D. A. F. da; SILVA, E.L. da; RODRIGUES, T. **Metodologia de pesquisa**. 2. ed. Três Corações: Escola de Sargentos das Armas - ESA, 2022.

TAVARES, Luis Henrique Dias. **A Independência do Brasil na Bahia**. Salvador. EDUFBA, 2005.